



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
**Reitoria**

**Comissão Central de Concurso Público**  
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Buritis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG  
- [www.ifmg.edu.br](http://www.ifmg.edu.br)

**ANEXO V**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**  
**Conteúdo para a Prova Objetiva**

**LINGUA PORTUGUESA**

**(comum a todas as vagas na Prova Objetiva)**

- 1) Texto e discurso, interpretação, tipologia, fatores de textualidade: coesão e coerência, intertextualidade, argumentação.
- 2) Língua, linguagem e multimodalidade, variação linguística, preconceito linguístico.
- 3) Significação das palavras e efeitos de sentido, denotação e conotação, figuras de linguagem;
- 4) Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática normativa da língua portuguesa: emprego de sinais de pontuação.
- 5) Classes de palavras: função das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores.
- 6) Emprego de tempos e modos verbais. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período.
- 7) Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal.
- 8) Ortografia de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, contemplando o Novo Acordo Ortográfico.

**Referências Bibliográficas:**

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa Ed. rev., ampl. e atual. Conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. Novo Acordo Ortográfico. Editora Parábola. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/marcelmatias/Disciplinas/lingua-portuguesa/lingua-portuguesa-2012.1/observacoes-sobre-o-novo-acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/view>
- FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2018.
- GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

- KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes Editores, 2013.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria (org.). Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria (org.). Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de textualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARINHO, Janice Helena Chaves; DACONTI, Geruza Corrêa; CUNHA, Gustavo Ximenes. O texto e sua tipologia: fundamentos e aplicações. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.

## **LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO**

### **(comum a todas as vagas na Prova Objetiva)**

- 1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Administração Pública - Art 37 a 41;
- 2) Lei nº 8.112/1990 e suas alterações (Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).
- 3) Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).
- 4) Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa).
- 5) Lei nº 12.772/2012 e suas alterações (Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal).
- 6) Lei nº 11.892/2008 e suas alterações (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).
- 7) Lei nº 9.394/1996 e suas alterações (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
- 8) Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
- 9) Decreto nº 12.374/2025 (Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).
- 10) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações;
- 11) Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG: Resolução IFMG nº 12, de 2 de maio de 2018.
- 12) Regimento Geral do IFMG: Resolução IFMG nº 20, de 8 de outubro de 2021.

### **Referências Bibliográficas:**

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL, Lei nº 8.112/90 e suas alterações. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas federais.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm).

- BRASIL, Lei nº 14.133/21 e suas alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm)
- BRASIL, Decreto n. 1.171/94 e suas alterações. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm).
- BRASIL, Lei nº 11.892/2008 e suas alterações. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm).
- ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - IFMG: Resolução IFMG nº 12, de 2 de maio de 2018. Disponível em : <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/estruturasregimentos/regimentos-1>
- REGIMENTO GERAL DO IFMG: Resolução IFMG nº 20, de 8 de outubro de 2021. (Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/diretoria-de-desenvolvimento-institucional-ddi/estruturasregimentos/regimentos-1>)
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações. (Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm))
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. In Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jun. 1992, Seção 1, p. 6995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm)>
- BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Esta lei dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, estruturando as carreiras de magistério superior e do ensino básico, técnico e tecnológico, e estabelecendo disposições sobre o regime de trabalho, progressão e avaliação. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm)
- DECRETO nº 12.374, de 6 de fevereiro de 2025. Este decreto regulamenta o estágio probatório de servidores públicos federais, definindo critérios para avaliação de desempenho e a obrigatoriedade do Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12374-6-fevereiro-2025-796935-publicacaooriginal-174299-pe.html>
- BRASIL, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Esta lei regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9784.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm)

## **TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**

### **Conhecimentos Específicos Prova Objetiva**

- 1) Avaliação educacional
- 2) Diversidade, inclusão e políticas afirmativas
- 3) Diversidade, inclusão e políticas públicas na educação superior

- 4) Educação e Tecnologia
- 5) Ensino Superior: acesso, estrutura e funcionamento.
- 6) Gestão de pessoas: gestão por competência e gestão do conhecimento
- 7) Gestão e coordenação de processos educativos escolares e não escolares
- 8) Governança no setor público: Processo administrativo. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. Planejamento. Processo decisório
- 9) Legislação e organização do sistema educacional brasileiro
- 10) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei Nº 13.709/ 2018 e suas alterações
- 11) Organização. Estrutura organizacional. Cultura organizacional. Direção. Motivação e liderança. Comunicação. Descentralização e delegação. Controle
- 12) Planejamento e organização do trabalho pedagógico
- 13) Política educacional e processos de avaliação
- 14) Psicologia da Educação: desenvolvimento e aprendizagem
- 15) Tecnologias da Informação e da Comunicação em processos educativos
- 16) Teorias da Educação e do Currículo

### **Referências Bibliográficas:**

- APPLE, T. Ideologia e Currículo. 3a Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.
- BARRETO, Paula Cris na da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 39-64, 2015.
- BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. 2 Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BRASIL Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- BRASIL Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial n 248, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- CHAUI, PI. Convite à Filosofia. 14ª Edição. São Paulo: Ática, 2019. COLL, C.;
- MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender a ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, M. I. (Org.) Formatos avaliativos e concepção da docência. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- CURY, C. R. 1. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 53ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 45ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, NI. História das ideias pedagógicas. 8ª Edição. São Paulo: Ática, 2009.

- GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais e Educação. 8a Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2017.
- GOMES, N. L. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HALL, S. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade. 12ª Edição Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.
- HOFFMANN, I. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.
- LEWANDOWSKI, J. M. D. Os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal do Paraná: em busca de sua identidade profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: Unioeste, 2018.
- LIBANELO, I. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ª Edição. Goiânia: Alternativa, 2003.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. Cortez Editora, 2022.
- LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 18 ed. São Paulo, 2006.
- MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.
- PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. 6ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (Org.) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. Em Aberto, v. 35, n. 113, 2022.
- ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 44ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 2021.
- SILVA, T. T. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica: 1999.
- SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SOBRAL, F. ; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2019.
- VIGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 5ª Edição. São Paulo: Martins

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Lucarelli Lavorato, Vice-Presidente da Comissão**, em 05/02/2026, às 10:47, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2606938** e o código CRC **D92A0ABA**.

23208.000666/2026-84	2606938v1
----------------------	-----------